

1. Em que medida a passagem do Estado Liberal ao Estado Social e deste ao Estado Pós-Social terá influenciado (a) a combinação entre as diferentes categorias de receitas que alimentam o Estado e (b) a combinação entre impostos e taxas?

Crítica liberal e progressista ao emprego das taxas, emprego dos impostos progressivos, evolução das receitas patrimoniais, razão da condenação do crédito e ultrapassagem

2. Será que do ponto de vista dos critérios (a) do orçamento de capital e (b) do activo de tesouraria (mitigado) se pode considerar equilibrado um orçamento em que tenhamos como receita 100 milhões de euros de multas e 100 milhões de euros de dividendos de empresas públicas, além de 100 milhões de euros com despesas com pessoal e 100 milhões de euros com juros da dívida pública?

Qualificação das multas e dividendos, emprego do classificador económico, manuseamento das cláusulas residuais do classificador, tratamento dos juros na lei portuguesa, vantagem relativa dos dois critérios, distinção entre activo de tesouraria puro e mitigado, razão de ser do critério em vigor, relevo para efeitos do PEC

3. Será admissível que o Governo, por via de despacho do Ministro das Finanças, determine (a) a transferência de 1 milhão de euros do orçamento da Secretaria de Estado do Ensino Superior para a Secretaria de Estado do Ensino Básico e que (b) aumente a previsão das receitas do crédito em 10 milhões de euros com vista a reforçar a dotação provisional?

Qualificação para efeitos do critério orgânico, enquadramento de títulos e capítulos, função e especificidades da dotação provisional, emprego e reforço da dotação provisional, fonte creditícia do reforço, forma das alterações da competência do Governo, consequências do vício

4. Será admissível que uma sociedade comercial de capitais públicos (a) seja alimentada por receitas fiscais consignadas e (b) que empregue essas receitas na contratação de serviços de consultoria sem qualquer controlo por parte do Tribunal de Contas?

Razão de ser da proibição da consignação de receitas fiscais, alcance das excepções, práticas de consignação em vigor, consequência da consignação, sujeição à jurisdição do Tribunal de Contas, tipo de fiscalização exercida sobre sociedades de capitais públicos, consequência das infracções

5.1 Imagine que o Governo, em resultado da crise económica mundial, apresenta à Assembleia da República proposta de modificação do Orçamento de Estado para o ano em curso no sentido de:

Exclusivo governamental da iniciativa de alteração orçamental

a) reduzir em 200 milhões de euros os montantes estimados para as receitas de IRS, IRC e IVA a cobrar, com vista a aproximar estas verbas das recentes previsões mais realistas;

Regra de alteração do orçamento das receitas, não aplicação de nenhuma das excepções da competência da AR, não alteração qualitativa de mapa base, alteração quantitativa da competência do Governo na linha da sua competência executiva (inexistência de limite quantitativo à execução orçamental)

b) aumentar as despesas do Ministério da Segurança Social em 100 milhões de euros, por contrapartida nas despesas do Ministério da Defesa, que eram reduzidas em idêntico montante;

Transferência orçamental e não mero acréscimo de despesa, qualificação para efeitos do critério orgânico, enquadramento de títulos e capítulos, competência da AR, considerar afectação do Orçamento da Seg. Social e competência governamental daí decorrente, críticas à discrepância de soluções

A Assembleia manifesta-se no seguinte sentido:

Direito à emenda parlamentar

a) REJEITADO;

Decisão desprovida de efeitos, em face da incompetência orgânica da AR

b) aumento das despesas do Ministério da Segurança Social em 350 milhões de euros, por contrapartida nas despesas do Ministério da Defesa, que eram reduzidas em idêntico montante e criação de uma nova despesa com o “subsídio social de crise”, estimada em 50 milhões de euros.

Âmbito das emendas parlamentares, poderes da AR, limites construídos pelo Tribunal Constitucional na fase de vigência vs. fase prévia de discussão e votação da proposta inicial do Orçamento, princípio da separação de poderes, poder de promover alterações enquanto derivação do poder executivo exclusivo do Governo, inadmissibilidade de alterações de natureza quantitativa contrárias ao sentido proposto pelo Governo, inadmissibilidade liminar de alterações de natureza qualitativa, reasoning do Tribunal Constitucional

5.2 O Governo decide ainda, por Decreto-Lei:

a) transferir a totalidade das despesas de capital para despesas correntes no Ministério da Administração Interna;

Alteração do Mapa da Classificação Económica das despesas dos Serviços Integrados – Mapa IV – mapa derivado, competência do Governo, confronto com leitura do artigo 55/n.º 4/alínea c) LEO – limites de alteração a “Rubricas”, níveis menos desagregados de classificação económica da competência da AR

b) suspender todas as verbas respeitantes aos pagamentos acordados, relativos à construção e reparação de estruturas rodoviárias no ano em curso;

Competência Governamental para eliminação de dotações injustificadas, limites em função da natureza obrigatória das despesas, vinculação contratual geradora de obrigatoriedade na execução da correspondente despesa, consagração expressa na LEOE e CRP

c) isentar de IRS, com efeitos imediatos, as pessoas desempregadas há mais de 5 anos.

Alteração de legislação fiscal da competência da AR ou por Decreto-Lei autorizado, eficácia imediata dependente de alteração do Orçamento e publicação da mesma, alteração meramente quantitativa do Orçamento das Receitas e alteração do Mapa XXI – mapa derivado, competência do Governo

Cotações das questões 1 a 4: 2 valores

Cotação do caso prático 5: 10 valores

Expressão: 2 valores